



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

## Estado do Paraná

### PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

(Decreto nº 306/2016)

#### TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA

#### FUNÇÃO PLEITEADA: TGPB03 - Assistência Técnica de Contabilidade

#### **INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)**

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não o rasgar) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique se o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Após a saída da sala, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros.

**Solicitamos sua compreensão e colaboração.**

**BOA PROVA!!!**

<b>Servidor:</b>	
<b>Matrícula</b>	<b>Função Pleiteada:</b>

---

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			



1) Considere as seguintes hipóteses:

**I. Promoção por conhecimento.**

**II. Readaptação funcional.**

**III. Recondição.**

**IV. Reabilitação funcional.**

**São formas de provimento em cargo público:**

- a) somente o item I.
  - b) somente os itens I e II.
  - c) somente os itens II e IV.
  - d) somente os itens II e III.
  - e) todos os itens.
- 2) **A única licença médica, prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Londrina, que exige atestado ou exame médico e comprovação do parentesco é a licença:**
- a) por motivo de doença em pessoa da família.
  - b) para acompanhamento do cônjuge.
  - c) à gestante, à adotante e licença-paternidade.
  - d) para tratar de assuntos particulares.
  - e) nenhuma das alternativas anteriores.
- 3) **A Recondição decorre:**
- a) da aplicação de pena disciplinar de suspensão dos vencimentos;
  - b) do retorno do servidor ao órgão de lotação inicial no cargo atualmente ocupado.
  - c) da inabilitação em provimento de um novo cargo.
  - d) da possibilidade de o servidor dirigir veículos leves.
  - e) da substituição provisória de servidor, designado para função de confiança.
- 4) **Após a convergência as normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, a contabilidade deve ser organizada na forma de subsistemas de informações que devem oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, segundo específica as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada aos Setor Público – NBCASP, NBC T 16.2.**

**Portanto, em relação a esses subsistemas de informações do setor público, aponte a alternativa correta abaixo:**

- a) Subsistema Financeiro, registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
  - b) Subsistema de compensação, registra, processa e evidencia os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.
  - c) Subsistema de Custos, registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
  - d) Subsistema Patrimonial, registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
  - e) Subsistema Orçamentário, registra, processa e evidencia os fatos orçamentários bem como os extraorçamentários, demonstrando o resultado patrimonial do período.
- 5) **Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, existem demonstrações contábeis de publicação obrigatória. Assim, ao final do exercício financeiro, o órgão público tem por obrigação a publicação dessas demonstrações específicas. Então, dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que apresenta corretamente somente demonstrações contábeis que devem ser publicadas pelos órgãos públicos:**
- a) Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Fluxo de Caixa.
  - b) Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas.
  - c) Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial e Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos Públicos.
  - d) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Fluxo de Caixa e Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos.

e) Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos e Demonstração do Fluxo de Caixa.

**6) Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada aos Setor Público – NBCASP, NBC T 16.6, Demonstrações Contábeis, é correto afirmar que:**

- a) o Balanço Financeiro demonstra e evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina somente os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- b) o Balanço de Custos demonstra e evidencia a atividade financeira e as receitas e despesas orçamentárias.
- c) o Balanço Orçamentário demonstra e evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina somente as receitas por fonte ou espécie.
- d) o Balanço Patrimonial estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.
- e) o Balanço Financeiro é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

**7) Referente a Demonstração das Variações Patrimoniais, tomando por base o que é definido na NBC T 16.6, Demonstrações Contábeis, é correto afirmar que:**

- a) as Variações quantitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público, que alteram a composição dos elementos patrimoniais, que não alteram o patrimônio líquido.
- b) as Variações quantitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público, que alteram a composição dos elementos patrimoniais, que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.
- c) as Variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público em caráter compensatório.
- d) as Variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público,

que alteram a composição dos elementos patrimoniais que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

e) a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia somente as variações qualitativas, para obter, o resultado patrimonial.

**8) Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000, é uma lei que apresenta alguns limites de cumprimento obrigatório pela Administração Pública, sendo um desses limites apresentados o gasto de pessoal. Desta forma, a respeito do limite de pessoal para os entes federados, assinale a alternativa correta apresentada:**

- a) a União possui o limite máximo com gasto de pessoal de até 50% da RCL.
- b) os Estados possuem o limite máximo com gasto de pessoal de até 50% da RCL.
- c) os Municípios possuem o limite máximo com gasto de pessoal de até 50% da RCL.
- d) a União possui o limite mínimo com gasto de pessoal de até 60% da RCL.
- e) os Municípios possuem o limite mínimo de gastos de pessoal de 25% das receitas e transferências.

**9) A respeito das receitas públicas a LC nº 101/2000 em seu Capítulo III aborda inclusive a renúncia de receitas. Pertinente ao assunto podemos afirmar que:**

- a) deverá atender ao disposto na LDO e o proponente deverá somente demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO.
- b) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes.
- c) a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de

tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

- d) serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de receitas que são estejam autorizadas na lei orçamentária.
- e) considera-se renúncia de receita de caráter continuado a receita corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**10) Para os efeitos da LC nº 101/2000, a dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Assim, assinale a alternativa correta abaixo sobre este tema:**

- a) no prazo de sessenta dias após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao Senado Federal proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios.
- b) para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada bimestre.
- c) se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um bimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) já no primeiro.
- d) enquanto o ente da Federação se mantiver acima do limite determinado para as dívidas estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita.
- e) vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará impedido de receber transferências voluntárias da União, mas não do Estado.

**11) Em conformidade com o artigo 41 da Lei n.º 4320/1964, os Créditos Adicionais são classificados em:**

- a) Suplementares, Globais e Estimados.
- b) Correntes e Capital.
- c) Suplementares, Especiais e Extraordinários.
- d) Suplementares, Orçamentários e Extra orçamentários.
- e) Empenho, Liquidação e Pagamento.

**12) Conforme descrito no artigo 58 da Lei.º 4320/1964, a definição de Empenho é:**

- a) o recebimento por autoridade competente comprovando o recebimento dos bens e/ou serviços.
- b) o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- c) a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- d) o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
- e) a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo.

**13) No artigo 11, da Lei n.º 4320/1964 a receita é classificada em categorias econômicas, diante de tal, assinale a alternativa que liste, respectivamente, uma Receita Corrente e uma Receita de Capital;**

- a) Receita Tributária e Receita de Serviços.
- b) Receita Tributária e Receita Agropecuária.
- c) Transferências Correntes e Alienação de Bens.
- d) Operações de Crédito e Alienação de Bens.
- e) Receita Tributária e Receita Patrimonial.

**14) No artigo 12, da Lei n.º 4320/1964 a despesa é classificada em categorias econômicas, diante de tal, assinale a alternativa que liste, respectivamente,**

**uma Despesa Corrente e uma Despesa de Capital:**

- a) Despesa de Custeio e Transferências Correntes.
- b) Investimentos e Inversões Financeiras.
- c) Inversões Financeiras e Transferências de Capital.
- d) Investimentos e Transferências de Capital.
- e) Transferências Correntes e Transferências de Capital.

**15) De modo simplificado podemos definir Dívida Flutuante como aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período de tempo e no artigo 92, da Lei nº 4320/1964 são listadas todas as dívidas que são compreendidas como Dívida Flutuante, exceto:**

- a) os créditos adicionais.
- b) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- c) os serviços da dívida a pagar.
- d) os depósitos.
- e) os débitos de tesouraria.

**16) A Constituição Federal Brasileira de 1988, também é conhecida por Constituição Cidadã por conter diversas garantias aos brasileiros, dentre essas garantias o artigo 203 de nossa constituição versa que “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:”, exceto:**

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) o amparo às crianças e adolescentes carentes.
- c) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- d) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- e) o financiamento ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST.

**17) Assinale a alternativa correta. A Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu artigo 201 versa que “A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:”**

- a) proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário.
- b) proteção à paternidade, especialmente pais solteiros.
- c) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e por qualquer idade.
- d) salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de alta renda.
- e) nenhuma das opções anteriores.

**18) Nossa Constituição em seu artigo 195 elenca quais serão as fontes de financiamento da seguridade social, conforme o disposto: “A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:”**

- I. sobre a receita do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
- II. dos trabalhadores.
- III. sobre a receita do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.
- IV. sobre a receita de concursos de prognósticos.
- V. do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

**Diante das informações acima elencadas marque a alternativa correta.**

- a) Apenas a opção I está correta.
- b) Apenas as opções II e IV estão corretas.
- c) Apenas as opções I e V estão corretas.
- d) Apenas as opções II, IV e V estão corretas.
- e) Apenas as opções I, IV e V estão corretas.

19) Marque a opção **incorreta**. De acordo com o preconizado no parágrafo único, do artigo 194 da Constituição Federal, *“Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:”*

- a) universalidade da cobertura e do atendimento.
- b) financiamento exclusivo do Governo Federal.
- c) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- e) equidade na forma de participação no custeio.

20) Assinale a opção **incorreta**. No artigo 204, em seu parágrafo único é disposto o seguinte: *“É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:”*

- a) despesa com pessoal e encargos sociais.
- b) serviço da dívida.
- c) qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.
- d) as opções “a”, “b” e “c” estão corretas.
- e) nenhuma opção está correta.

21) A Lei 6404/76, no seu Art. 176, determina que ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, algumas demonstrações financeiras, são elas:

- a) Balanço patrimonial; Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; Demonstração do resultado do exercício; e Demonstração dos fluxos de caixa; e se companhia aberta, Demonstração do valor adicionado.
- b) Balanço patrimonial; Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; Demonstração do resultado do exercício; e Demonstração dos fluxos de caixa; e se companhia aberta, Demonstração de origens e aplicações de recursos.

- c) Balanço patrimonial; Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; Demonstração do resultado do exercício; e Demonstração de origens e aplicações de recursos; e se companhia aberta, Demonstração do valor adicionado.
- d) Balanço patrimonial; Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; Demonstração do resultado do exercício; e se companhia aberta Demonstração dos fluxos de caixa; e Demonstração do valor adicionado.
- e) Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; e Demonstração dos fluxos de caixa; e se Demonstração do valor adicionado.

22) Atualmente a Lei 6404/76 apresenta o ativo com os seguintes grupos:

- a) ativo circulante e ativo não circulante, esse último composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e diferido.
- b) ativo circulante e ativo permanente, esse último composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- c) ativo circulante e ativo não circulante, esse último composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- d) ativo circulante e ativo não circulante, esse último composto por ativo exigível a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- e) ativo circulante e ativo não circulante, esse último composto por ativo realizável a longo prazo, aplicações em ações, imobilizado e intangível.

23) A classificação dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido, deve ser no:

- a) Diferido.
- b) Intangível.
- c) Investimentos.
- d) Imobilizado.
- e) Permanente.

**24) De acordo com o Art. 183 da Lei 6404/76, os elementos do ativo serão avaliados segundo alguns critérios, dentre estes, no caso de os “direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado”, o critério será assim definido:**

- a) pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for superior.
- b) pelo custo de aquisição ou produção, acrescido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.
- c) pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de reserva para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.
- d) pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de contingência para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.
- e) pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.

**25) A Lei 6404/76 determina que ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, algumas demonstrações financeiras, dentre elas a “demonstração dos fluxos de caixa”, que evidencia as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:**

- a) dos créditos; dos financiamentos e dos investimentos.
- b) das operações; dos empréstimos e dos investimentos.
- c) das operações; dos financiamentos e das imobilizações.
- d) das operações; dos financiamentos e dos investimentos.
- e) das receitas; dos financiamentos e dos investimentos.